

ÍNDICE

Agradecimentos	5
Prefácio	7
Lista de siglas e acrónimos	11
Introdução	17
 CAPÍTULO I – O regime jurídico da penhora à luz do ordenamento jurídico português	21
1. Considerações iniciais	21
2. Noção de penhora	23
3. Objeto da penhora	26
4. Princípios da penhora	34
4.1. Do princípio da proporcionalidade	34
4.2. Do princípio da adequação	39
5. Efeitos da penhora	47
5.1. Ineficácia da disposição, oneração ou arrendamento do conteúdo penhorado	47
5.2. Preferência resultante da penhora	50
5.3. Perda ou limitação do poder de fruição	53

CAPÍTULO II – Breve prespetiva sobre o regime jurídico da penhora de direitos	57
1. Considerações iniciais	57
2. Delimitação e enunciação do tema	60
3. Normas aplicáveis à penhora de direitos	62
4. Modalidades da penhora de direitos.....	65
 CAPÍTULO III – O regime jurídico da penhora de direitos de crédito	69
1. Considerações iniciais	69
2. Objeto específico da penhora de direitos de crédito	72
3. O título executivo	76
3.1. Noção e suficiência do título executivo	76
3.2. Funções do título executivo	79
3.3. O paradigma dos títulos executivos na penhora de créditos	82
4. Procedimento da penhora de direitos de crédito ..	85
4.1. O âmbito de aplicação do procedimento da penhora de direitos de crédito.....	85
4.2. A indicação dos créditos à penhora no requerimento executivo.....	87
4.3. Notificação do <i>debitor debitoris</i>	92
4.3.1. Considerações iniciais	92
4.3.2. As funções da notificação do <i>debitor debitoris</i>	94
4.3.3. As formalidades da notificação do <i>debitor debitoris</i>	97
4.3.4. O conteúdo da notificação do <i>debitor debitoris</i>	99
4.4. Os comportamentos processuais do <i>debitor debitoris</i> face à notificação	105

4.4.1. Reconhecimento da totalidade do direito de crédito conforme consta da notificação	106
4.4.2. Reconhecimento parcial do direito de crédito	111
4.4.3. Negação da existência do direito de crédito	117
4.4.4. Silêncio do <i>debitor debitoris</i>	118
4.4.5. Alegação de que a obrigação está dependente de prestação do executado. . .	120
5. Créditos com garantia real	125
6. Conservação do direito de crédito	130
7. Cumprimento da obrigação pelo <i>debitor debitoris</i> . . .	133
8. A ação concomitante	135
8.1. Considerações iniciais	135
8.2. Prejudicialidade	138
8.3. Legitimidade ativa	140
9. As garantias de defesa do <i>debitor debitoris</i>	144
9.1. Considerações iniciais	144
9.2. Os meios de defesa na ação principal.	145
9.3. Os meios de defesa na ação concomitante . . .	147
9.3.1. Oposição à execução	147
9.3.2. Oposição à penhora	154
10. Atuação contra os garantes do crédito penhorado	157
Conclusão	163
Referências jurisprudenciais	167
Referências bibliográficas	173